

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Resumo

Este trabalho possui como objetivo refletir sobre a velhice, o envelhecimento e a longevidade no campo da educação. Dentre as questões levantadas, buscamos pensar a partir das seguintes perguntas: essa temática está presente na escola e/ou no currículo? Qual é a expectativa relacionada aos ambientes de ensino ao elaborar os sentidos da velhice e uma certa perspectiva de defesa da longevidade? Assim, nos interessa lançar o olhar sobre a maneira como os processos de escolarização mobilizam o trabalho de produção, marcação e regulação da diferença geracional e da longevidade. A investigação está pautada nos preceitos teórico-metodológicos pós-críticos a partir de uma metodologia que se empenha na descrição, análise e problematização de artefatos discursivos. Mais especificamente, os discursos presentes na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e no Estatuto da Pessoa Idosa, considerando que estes são produzidos de modo a engendramos domínios e relações de poder, dando sustentação a determinados jogos de verdade, estando associados às produções de documentos oficiais e às políticas públicas relacionadas às pessoas idosas que se articulam com os cotidianos escolares da educação básica. Foi possível analisar como o debate sobre a velhice e o envelhecimento passa a se apresentar como uma “encomenda” na política pública de currículo – a BNCC – que é, atualmente, a principal proposta curricular para as escolas brasileiras. Além disso, buscou-se problematizar e ampliar o tipo de abordagem que a escola pode realizar para pautar as questões do envelhecimento, velhice e longevidade de maneira complexa e plural quando se propõe a refletir acerca de temas com tal relevância.

Palavras-chave: BNCC; velhice; educação básica.

Beatriz Bloise Pereira Nunes

Mestre em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora do Colégio Pedro II. Brasil

biabloise@yahoo.com.br
orcid.org/0000-0002-3410-0398
lattes.cnpq.br/0251949687061411

Fernando Altair Pocahy

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Brasil

fernando.pocahy@gmail.com
orcid.org/0000-0002-7884-4647
lattes.cnpq.br/0341333007755425

Para citar este artigo:

NUNES, Beatriz Bloise Pereira; POCAHY, Fernando Altair. Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, e0119, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0119>

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Old age and longevity in daily life of education: tracing (im)possibilities (im)possibilities in curriculum (micro)policies

Abstract

This paper has as objective reflect about old age, aging and longevity in the field of education. Among the issues raised, we seek to reflect on the following questions: is this theme present at school or on curriculum? What is the expectation related to the teaching environments when elaborating the meanings of old age and a certain perspective to defend the longevity? Therefore, we are interested in looking at how the schooling processes mobilize the production, marking, and regulation of generational difference and longevity. The problematizations of the work are based on post-critical theoretical and methodological precepts, using a methodology that strives in the descriptions, analysis and problematization about discursive artifacts. Specifically, the discourses present in the BNCC (National Common Curriculum Base) and the statute of the elderly person, considering that are produced in a way that engenders domains and power relations, giving support to certain games of truth, being associated with official documents and public policies related to the elderly that are articulated in/with the daily life of basic education schools. It was possible to analyze how the debate about old age and aging begins as a "package" in the public curriculum policy - the BNCC - which is presented as the main curricular proposal for Brazilian schools. In addition, we sought to problematize and expand the type of approach that schools can undertake to address the issues of aging, old age and longevity in a complex and pluralistic way when they propose to reflect on such relevant themes.

Keywords: BNCC; old age; basic education.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Introdução

As intencionalidades contidas neste artigo, que pode também ser visto como um ensaio pós-crítico, dizem respeito às reflexões em torno da educação/ensino/escola e dos tensionamentos relacionados à velhice, ao envelhecimento e à longevidade. Portanto, este é um trabalho que está vinculado ao projeto desenvolvido pelo grupo de estudos GENI – Estudos de gênero e sexualidade, coordenado pelo professor Fernando Altair Pocahy e associado aos Programas de Pós-Graduação em Educação (ProPed/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS – UERJ). Desde o ano de 2022, o grupo tem se dedicado ao Projeto Envelhecimento e (auto)governo da longevidade nos cotidianos da educação, buscando compreender os modos de produção, marcação e (auto)governo da diferença nas tramas discursivas do envelhecimento, considerando como importante eixo de análise a incorporação da temática nos currículos escolares e demais instituições de educação.

A questão citada pode ser traduzida, em partes, pelas seguintes interrogações: essa temática está presente na escola, nas políticas públicas, no currículo e nos demais discursos que circulam no ambiente escolar? À escola, deve ser atribuída a necessidade de pautar as questões relacionadas à velhice e ao envelhecimento e à preparação para a vida longa? Por que deveria ser a escola o local para privilegiar o debate sobre envelhecimento e longevidade – em meio a tantas demandas sociais? Qual é a expectativa relacionada aos ambientes de ensino ao elaborar os sentidos da velhice e uma certa perspectiva sobre as previsões demográficas?

Apontamos tais questionamentos por observar que, de alguma forma, espera-se que a escola se debruce sobre diferentes temáticas, não apenas relacionadas aos assuntos que aqui nos interessa dar maior destaque, mas também porque esse mesmo movimento ocorre no que diz respeito aos temas referentes, por exemplo, às relações étnico-raciais ou às pautas que envolvem as questões de gênero e sexualidade. Esse seria, então, um indicativo da aposta que se elabora em torno da afirmação de determinados marcadores nos cotidianos das escolas, por compreenderem os debates político-epistemológicos que consideram a participação da escola e do currículo nos jogos que

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

buscam atribuir sentidos a esses marcadores da diferença (SILVA, 2000). Sendo assim, mais especificamente, nos interessa lançar o olhar sobre a maneira como os processos de escolarização mobilizam o trabalho de produção, marcação e regulação da diferença geracional e da longevidade (SILVA; POCAHY, 2021).

Diante do exposto, e, identificando-se como há mais indagações do que afirmações possíveis nesse campo, questionamos, enquanto professoras/es: qual deveria ser o posicionamento da escola ao propor o diálogo sobre velhice, envelhecimento, geração e longevidade? Antes dessa questão, ponderamos, ainda, por que se atribui à escola a responsabilidade por dar tratamento às múltiplas questões que se configuram como demandas sociais, como problemáticas a serem solucionadas e não como elementos constituintes da própria produção do conhecimento – e, fundamentalmente, da diferença como processo constitutivo das práticas sociais e culturais que nos (in)definem?

Tais questão se pautam na constatação que fizemos ao iniciarmos as investigações acerca da temática do envelhecimento no espaço escolar, quando nos deparamos com a existência da obrigação de inclusão do tema nos currículos oficiais da educação básica em diversos documentos¹ que apresentam políticas específicas destinadas a regular os direitos que devem ser assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (idade em que a pessoa torna-se idosa de forma oficializada por meio de decretos e textos legislativos).

Na intenção de realizar os rastreios acerca da temática que articula as políticas relacionadas às pessoas idosas com as políticas de currículo no campo da educação,

¹ BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006*. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20do%20Idoso,94%20e%20Decreto%20n%C2%BA%201.948%2E. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 5-99.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

optou-se pela utilização de uma metodologia analítica dos documentos que são fundamentais em ambas as áreas: o estatuto da pessoa idosa e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A escolha por tal metodologia nos levou ao entendimento da importância de não apenas analisar, mas também elaborar uma descrição minuciosa dos aspectos que correlacionam educação e políticas para as pessoas idosas, ainda com o intuito de elaborar questionamentos que contribuam para ampliar as reflexões sobre o modo como essas áreas vêm dialogando.

Assim, neste trabalho metodológico de análise, descrição e problematização, observamos que, dentre as disposições apresentadas pelos documentos, foi possível localizar em alguns textos qual é a expectativa desses artefatos em relação à educação e, mais especificamente, o que se espera da escola ao lermos o artigo que institui a obrigatoriedade de inclusão, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal, de “conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimento sobre a matéria.” (BRASIL, 2018, art. 22). É possível perceber que existe preocupação e movimentos que levam à responsabilização da escola para que esse seja um lugar de circulação da matéria; além disso, nota-se também o reconhecimento de que há um problema a ser solucionado, que seria a eliminação do preconceito através da valorização da pessoa idosa. Ainda, ao final, exige-se da educação escolar (nos diferentes níveis) o engajamento na produção de conhecimento acerca da temática.

A análise dessas demandas direcionadas à escola (quase como se fossem encomendas) nos leva a resgatar outras discussões que são encaminhadas como primordiais a serem incluídas nos currículos escolares, também com o objetivo de enfraquecer as ideias preconceituosas e mitigar discriminações contra determinados grupos em nossa sociedade. Nos referimos aqui, por exemplo, à lei 11.645/2008² que estabelece diretrizes e bases para que se inclua nos currículos oficiais a obrigatoriedade

² BRASIL. *Lei 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. Nesse caso, encontramos no documento que baliza essa discussão, não apenas a referência à inclusão dos conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, mas também a intenção de que a abordagem priorize o debate e o enfrentamento ao racismo.

Ressaltamos que nosso posicionamento docente busca cotidianamente dar relevo a uma abordagem que se propõe a desconstruir discursivamente as opressões e jogos de dominação que tentam se fixar política e socialmente quando consideramos as ideias sexistas, machistas, racistas e as segregações de classe presentes nas relações que ainda podem ser consideradas hegemônicas nos cotidianos. Contudo, não ignoramos o quanto tais dramas, implicados nas experiências e nas subjetividades, são complexos e estruturais, ainda que apostemos na capacidade de participação e de produção dos sentidos ao falarmos ou escrevermos sobre essas vivências. Em outras palavras, as opressões, exclusões, desigualdades e formas de dominação que subalternizam, conforme aqui estamos pontuando, são (re)produzidas de forma complexa e possuem característica multifatorial, justamente por serem contexto-dependentes, conforme formula Dagmar Meyer (2014), ao pautar a maneira como esses sentidos em torno da diferença vão se constituindo e produzindo marcas nas trajetórias dos sujeitos.

Sendo assim, reconhecemos a participação da educação na disputa pelo estabelecimento contingencial de verdades, enquanto um conjunto de regras, segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos de poder, por meio do confronto em torno desse estatuto de verdade e de como ele dialoga com as instabilidades sociais, econômicas e políticas (FOUCAULT, 1979).

Portanto, é pela associação à ideia de que é possível questionar, desconstruir, deslocar e desarticular o que, em dado momento, parece estar fixado, que apostamos nessa maneira de pensar o fazer pedagógico – por se comunicar com o que compreendemos como fundamental na prática docente e como sentimos de maneira pulsante o trabalho de (auto)formação. Assim, constantemente, buscamos rotas que nos levem ao encontro de margens de liberdade que promovam subjetividades em contínuo processo de diferenciação, e distanciem-se das propostas de fixação e sujeição.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Este trabalho se apoia na característica flexível da abordagem teórico-metodológica pós-crítica, ao propor a análise dos contextos específicos das micropolíticas do cotidiano, considerando também a subjetividade de quem está pesquisando (MEYER; PARAISO, 2014). Como ferramenta de trabalho posta a serviço da pesquisa, a metodologia aqui investida está associada à análise, descrição e questionamento dos discursos presentes nos artefatos que são/foram produzidos na cultura e, com isso, engendram domínios e relações de poder – dando sustentação a determinados jogos de verdade.

Nos movimentamos na direção de compreender como documentos oficiais vinculados às políticas públicas associadas às pessoas idosas se articulam com os cotidianos escolares da educação básica para descrever, analisar e interrogar as informações, conforme elas vão se apresentando numa dada produção discursiva.

Com o objetivo de refletir sobre a velhice, o envelhecimento e a longevidade no campo da educação, este artigo está organizado em subdivisões que pretendem desenvolver as reflexões e tensões que emergem de três momentos relacionados aos questionamentos apresentados inicialmente.

Em um primeiro momento, nos dedicamos a identificar a presença/ausência do debate sobre velhice, envelhecimento e longevidade nos espaços escolares, utilizando como metodologia a análise minuciosa do documento que, atualmente, baliza a seleção e elaboração de conteúdos que compõem os currículos do ensino básico³. O trabalho metodológico de leitura, análise e interpretação da BNCC com a intenção de localizar a temática citada tornou-se um rastreio e uma busca considerada frutífera e frustrada, conforme dissertamos na primeira parte deste texto.

Posteriormente, a problematização sobre as encomendas realizadas para o campo da educação, como faz o próprio estatuto da pessoa idosa ao apontar a necessidade de tematizar a velhice e envelhecimento na educação básica leva às múltiplas interrogações sobre o quanto as escolas aceitam tais encomendas e, até mesmo, em relação à

³ Trata-se do texto recentemente aprovado que compõe a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

motivação das demandas sociais particulares passem a ser também incumbência das escolas.

Em um terceiro plano do texto, as interrogações se apresentam em torno da característica da abordagem nos espaços escolares, ou seja: qual é a expectativa que se cria em relação à escola, quando dela se exige a presença da matéria da velhice e do envelhecimento em seus cotidianos?

Após a leitura do texto da Base Nacional Curricular Comum, sublinhe as ausências da velhice

Inicialmente, apontamos que, apesar das múltiplas ações que se possam empreender por meio das práticas pedagógicas nas escolas, torna-se relevante sublinhar o quanto a atuação da educação escolar pode ser mais ou menos limitada quanto ao redirecionamento dos discursos acerca de alguns conteúdos. Usamos tal afirmação porque, em meio às andanças da pesquisa que pretende compreender qual é o lugar da velhice e da reflexão sobre os processos de envelhecimento e longevidade, demos um primeiro passo em direção à análise da documentação oficial que propõe os conteúdos mínimos a serem apresentados aos estudantes durante o seu percurso na educação básica.

Assim, realizamos uma análise da BNCC com a intenção de destacar em quais momentos desse percurso, e de que maneira a temática se apresenta nesse documento. Tendo em vista esse objetivo, nos embrenhamos naquele conhecido exercício com que muitas vezes nos deparamos na escola, cuja consigna dizia para destacar ou sublinhar no texto um determinado assunto. Não raras vezes, era necessário ler um texto de muitos parágrafos e inúmeras orações para identificar, dentre eles, uma ou duas palavras que nos fizessem cumprir o que estava sendo solicitado. Fazendo uma comparação, após a leitura das mais de seiscentas páginas, muitas tabelas, excessivos parágrafos repetidos e porções de códigos que dificultam a fluidez da leitura, chegamos a localizar o rastro da abordagem sobre o tema em duas passagens.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Cabe enfatizar que, em nossas hipóteses, não possuíamos a expectativa de localizar de forma expressa os termos que foram utilizados na busca ao longo do texto (sendo eles velhos/velhas, idosos/idosas, velhice, envelhecer, envelhecimento e longevidade). Temos a impressão de que, para além da presença pouco enfática desses termos, a ideia de uma vida longa se faz presente no documento de maneira a calcar determinadas práticas, ainda que não intencionalmente ou de maneira explícita. Nesse sentido, temos a intenção ainda de ampliar essa pesquisa e caminhar em direção ao rastreio das discussões que se relacionam com as temáticas do envelhecimento e da longevidade mesmo quando estas aparecem nos entremeios do texto analisado.

Por ora, no sentido de acompanhar mais especificamente o que está relacionado à velhice e ao respeito às pessoas idosas, conforme o tom da documentação oficial, utilizamos a ferramenta de busca lançando mão dos termos velhas/velhos, idosos/idosas, velhice, envelhecer, envelhecimento e longevidade. Conforme a hipótese inicial que formulamos, nessa busca, encontramos as palavras idosos e envelhecimento na citação à descrição da Lei 10.741/2003, quando o documento indica a necessidade de pontuar “temas contemporâneos que afetam a vida humana” (BRASIL, 2018, p. 19). Abaixo, destacamos o trecho do documento em que foi possível sublinhar o assunto rastreado. Assim, após dar orientações de como deve ser a organização curricular dos conteúdos, essa parte do texto termina com a recomendação a seguir:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde,

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BRASIL, 2018, p. 19-20)

A reprodução desse alongado trecho tem o objetivo de demonstrar como a matéria se faz presente em meio aos temas de ampla diversidade e complexidade, fazendo com que a relevância de cada uma esteja de tal forma pulverizada que se torna um desafio dar o devido destaque e a abordagem aprofundada que esses conteúdos exigem para que se faça uma análise plural, significativa e comprometida com o enfrentamento aos modos de regulação das subjetividades que afetam os sujeitos.

Dentre os temas contemporâneos citados⁴, encontram-se o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Trânsito Brasileiro, a Política Nacional de Educação Ambiental, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, o Programa Nacional de Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

O que faz o documento ao colocar de forma agrupada a necessidade de incorporação dos debates previstos por essas diretrizes temáticas que se constituem em formulações tão complexas? O que se pretende com a não especificação dessas diretrizes? E, como se garante a presença dessas reflexões quando, na organização e distribuição dos conteúdos pelos anos, ciclos e séries da educação básica não estão previstos de forma explícita um espaço (e tempo) para abordagem desses conteúdos? Em relação ao tratamento dessas informações, qual é a qualidade e de que maneira se

⁴ Aqui, gostaria de notificar a total ausência quanto ao debate relacionado às questões de gênero e sexualidade. Apesar de não ser a intenção deste artigo tratar dessa complexa e relevante temática, é importante pontuar que, mesmo realizando uma análise minuciosa dos termos, palavras e ideias do texto, a existência desses assuntos não poderia ser sublinhada no exercício citado anteriormente. Com isso, a ausência perturbadora dessas ideias nos conta sobre aquilo que deve permanecer invisível no âmbito da educação escolar, ainda que se apresente como demanda de diversos grupos sociais. Essa observação nos faz questionar quais são os processos e mobilizações que possibilitam a alocação de alguns temas enquanto escamoteia outros que sequer encontram-se nas breves citações.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

orientam esses debates? É válido que seja feito qualquer debate acerca dessas inúmeras e complexas temáticas? Ou, ainda, por que e como esses temas se dirigiram ao currículo com a intenção de participar dos processos de escolarização dos indivíduos?

Quando o documento apresenta separadamente as ideias de BNCC e currículos observa-se um discurso aliado à noção de que há mais de uma forma de organização dos conteúdos e temáticas. Uma delas (a BNCC) apresenta o que é essencial, o que não se deve abrir mão em termos de ensino e aprendizagem dos conteúdos na educação básica, demonstrando uma tentativa de hegemonizar os currículos, e contrariando a prerrogativa de enunciação de um currículo como território de multiplicidades, *de encontros variados, “de composições “caóticas”, de disseminações perigosas, de contágios “incontroláveis”, de acontecimentos insuspeitáveis”* (PARAÍSO, 2010, p. 588). A outra, que se diz complementar, seria o currículo (denominado no documento como currículo em ação). Nesse, é necessário que estejam presentes os conteúdos minuciosamente propostos no primeiro documento, com a recomendação de que dialoguem com as diretrizes dos temas “contemporâneos que afetam a vida humana, preferencialmente, de maneira transversal e integrada” (BRASIL, 2018, p. 19).

Seguindo o processo de análise do documento, encontramos o trecho a seguir que se repete (exatamente com as mesmas palavras), nas páginas 354 e 367:

Em seu cotidiano, por exemplo, elas desenham familiares, enumeram relações de parentesco, reconhecem-se em fotos (classificando-as como antigas ou recentes), guardam datas e fatos, sabem a hora de dormir, de ir para a escola, negociam horários, fazem relatos orais, revisitam o passado por meio de jogos, cantigas e brincadeiras ensinadas pelos mais velhos, posicionam-se criticamente sobre determinadas situações, e tantos outros. (BRASIL, 2018, p. 354-367)

O trecho refere-se aos conhecimentos que vão sendo construídos pelos estudantes desde a etapa da educação infantil e, dentre as aprendizagens enumeradas, o documento faz referência à maneira como as crianças passam a conhecer o que é chamado de *passado* através das relações intergeracionais. Contudo, a forma como essa

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

relação de aprendizagem se apresenta no texto pode levantar algumas interpretações e reflexões sobre o lugar que é destinado às *peessoas mais velhas* nesse texto: em um primeiro momento, o texto parece considerar que essas pessoas estão estagnadas em um tempo que já se encontra no passado.

Além disso, o aspecto dialógico da intergeracionalidade parece ser desconsiderado quando deixa de lado a reflexão das possibilidades de aprendizagem e de troca às quais todos estão sujeitos ao estabelecerem relações e vínculos. Ou seja, a ausência dessa identificação específica pode pressupor que, mesmo ao buscar dar relevância às relações intergeracionais – algo que é apresentado como uma das funções da educação escolar pelo Estatuto da Pessoa Idosa – o documento da BNCC não se dedica a realizar um apontamento que contribua para refletir, problematizar e desconstruir o que se estabelece como velhice e a maneira como pensamos a longevidade dos sujeitos.

É possível reconhecer essa ausência e comparar com a identificação de como outros temas são minuciosamente apresentados pelo documento, apontando a maneira como as temáticas devem ser abordadas bem como os respectivos objetivos a serem alcançados de acordo com os assuntos tratados. Assim, aparentemente, existe um espaço de maior detalhamento para alguns dos conhecimentos previstos como básicos e comuns no processo de aprendizagem da educação básica no Brasil. E, em contrapartida, outras abordagens (como as que estamos analisando, em relação aos processos de envelhecimento, concepções sobre a velhice e longevidade dos sujeitos) ocupam um lugar de rastro, considerando que sua presença ao longo do corpo do texto faz referência à necessidade de tratamento do assunto em atendimento à demanda proposta pelo estatuto da pessoa idosa ao exigir que esta seja abordada no âmbito da educação escolar.

Retornando à questão colocada anteriormente, como a escola assume a representação do que é ser uma pessoa velha? É possível elaborar uma definição objetiva e específica sobre essa questão? Seria possível definir como é uma pessoa, sem a característica etária que em nossos corpos se apresenta? Ou, ainda, o que é envelhecer? Quando começamos a envelhecer? Falamos em processos de envelhecimento, pois ao pensar sobre como ele se dá não é possível descartar as trajetórias individuais dos

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

sujeitos, bem como não é possível pensar como as pessoas que envelhecem são distintamente atravessadas por marcas interseccionais de gênero, sexualidade, raça e classe.

Compreendemos a relevância de que a escola, ao abordar a velhice, proponha uma reflexão sobre qual velhice está pautando e, quais são as vidas idosas (im)possíveis ou aquelas que importam. Como a escola se compromete a apresentar uma lógica que se distancie da ideia neoliberal que considera os corpos um empreendimento a ser gerido e preservado pelos sujeitos sem que a eles sejam dados qualquer tipo de subsídio? Sendo assim, para além das ações relacionadas à educação de jovens e adultos ou ao programa denominado “Universidade da terceira idade”, em que circunstâncias e, de que maneira se delineiam as proposições que buscam analisar e problematizar como se concebe a velhice? Como se compreendem os múltiplos processos de envelhecimento e um posicionamento mais definido sobre a importância de pensar a longevidade? Inclusive, e, principalmente, das pessoas que sequer chegam a ter o direito a serem longevas, como ocorre quando analisamos as estatísticas que demonstram o quantitativo de pessoas negras que atingem essa faixa etária ou, o número de mulheres trans e travestis que chegam a completar 60 anos.

As políticas públicas que se dedicam a mobilizar os direitos das pessoas idosas fazem uma encomenda para que o assunto relacionado ao processo de envelhecer esteja presente em todos os níveis da educação básica. No exercício de análise do documento curricular que baliza as abordagens de conteúdos em âmbito nacional, temos a impressão de que essa encomenda teria sido parcialmente aceita. Em alguns momentos, quase como algo que está presente em cumprimento às premissas legais que se impõem. Já, acompanhando outros movimentos, a encomenda pode ter sido bem aceita quando a perspectiva movimentada investe em um sentido caritativo, em que a pessoa idosa está quase sempre associada ao lugar de avós, pertencendo a uma família e a um regime de inteligibilidade heterocisracializado.

No entanto, o que poderíamos dizer quanto às práticas curriculares, para além do que determinam os textos oficializantes, e que transitam no espaço escolar? Como essa encomenda chega ao cotidiano da escola? E, de que maneira ela é aceita (ou rejeitada) no

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

fazer pedagógico que ocorre diariamente nas salas de aula e nos demais espaços dentro da escola? Nesses espaços, seria possível sublinhar uma presença mais efetiva da velhice, dos processos de envelhecimento e a reflexão sobre a longevidade? Ou, as ausências seriam percebidas de forma mais proeminente nesse exercício de sublinhar o tema?

Demandas sociais e encomendas feitas à educação

Em diálogo com as últimas questões colocadas, compreendemos a presença de temáticas que se manifestam como demandas sociais nas escolas para que se cumpram as premissas regulamentares, por um lado. Mas, justificamos também nosso entendimento e aposta de que as políticas públicas que envolvem tanto o texto do Estatuto da Pessoa Idosa, como a BNCC, estão, ainda que de forma latente, dando alguma satisfação às demandas singulares (LACLAU, 2011) pautadas pelos movimentos sociais e organizações que elaboram estratégias de resistências para garantia de direitos de determinados grupos, como ao que aqui estamos nos referindo.

Tais demandas se expressam não apenas como lutas antiautoritárias, mas também questionam o *estatuto do indivíduo* (FOUCAULT, 1995, p. 234), apresentando uma reivindicação do direito à diferença, buscando enaltecer tudo aquilo que torna os sujeitos verdadeiramente únicos, sendo também lutas que se posicionam contra o processo de individualização, contrapondo-se ao que segrega o indivíduo do grupo bem como a tudo o que fragmenta a vida comunitária (FOUCAULT, 1995). Ou, mais amplamente, aquilo que também pode representar a responsabilidade do estado sobre as vidas.

Dessa maneira, o que se organiza no Estatuto da Pessoa Idosa gera uma expectativa de que a escola traga à tona determinados assuntos como forma de posicionamento e de engajamento das iniciativas que se associam às enunciações de defesa do diferir ou como expressão do devir. No entanto, autoriza o entendimento de escola e de currículo como espaços da diferença, assim como, vai ao encontro da percepção de escola e de currículo também como um instrumento de luta mobilizado pelos movimentos sociais mas, cabe dizer, não somente por essas organizações, como também é possível observar a presença das pretensões de setores sociais de diferentes

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

vertentes (muitos deles, conservadores) que se engajam em disputar os discursos (MACEDO, 2009) e elaborar narrativas de acordo com os interesses específicos desses grupos.

Essa perspectiva de currículo e, de certa maneira, sobre a educação/escola responde, em parte, aos questionamentos quanto ao investimento de que seja a escola um local onde determinados debates ocorram, uma vez que denotam como esses espaços são considerados lugares de produção (contínua e contingente) de identidades, o que nos leva a compreender uma das motivações para encontrarmos no Estatuto da Pessoa Idosa a exigência de que a escola dê encaminhamento à temática referente à velhice, gerando essa *encomenda* para os currículos escolares.

Na tentativa de problematizar a maneira como essa encomenda chega para o campo da educação, nos remetemos a uma reflexão de caráter histórico que permite observar, ao longo de uma linha do tempo, a apresentação da velhice e do envelhecimento como um problema urgente posto na atualidade, mais especificamente, nos últimos 30 anos (BIRMAN, 2015; TÓTORA, 2003). Como acompanhante do aumento da longevidade, é possível perceber o surgimento da multiplicidade de discursos relacionados às questões que circundam os sujeitos idosos, assim como diversificadas estratégias de intervenções por parte de variados segmentos sociais, sejam eles, o mercado, o Estado, profissionais (ditos especialistas), a área médica e científica, dentre muitos outros que poderiam ser citados em uma lista interminável.

Com isso, estamos lidando com o fato de que a população de pessoas idosas vem se tornando matéria discursiva a partir do final do século XX. Muito comumente, esse fato acompanha o argumento que pauta o aumento demográfico dessa população, colocando esse enunciado no lugar de verdade, apenas passível de uma constatação, desfavorecendo a devida problematização que poderia ser elaborada para analisarmos quais são os efeitos produzidos pelos discursos que operam em diálogo com os mecanismos de poder e que possibilitam a transformação da população idosa em alvo das *biopolíticas* (FOUCAULT, 1999, p. 231) de gestão da vida. Isso porque esses mecanismos compreendem os indivíduos como consumidores e pessoas ativas em um

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

mercado que passa a operar no sentido de elaborar produtos, serviços, dentre outros artefatos específicos para a parcela da população que pode acessá-los.

Ainda sob um olhar genealógico, nota-se o investimento na produção de uma nova narrativa que forjou uma atualização da representação do processo de envelhecimento no imaginário social do Ocidente. Essa representação atualizada é, inclusive, diametralmente oposta àquela existente anteriormente (no início do período denominado como Modernidade). Assim, vamos participando da produção de uma ideia atualizada sobre o que é envelhecer e/ou ser velho, uma noção que se afasta, em alguma medida, da representação *monolítica e monótona* (BIRMAN, 2015, p. 1268), para ser narrada de forma múltipla no campo do discurso.

Além disso: “De figura silenciosa, solitária, invisível e esquecida no espaço da família, em suas novas figurações os velhos passaram a ter uma intensa experiência social” (BIRMAN, 2015, p. 1269) ganhando, conforme o mesmo autor afirma “ostensiva visibilidade social” (BIRMAN, 2015, p. 1268). Essas são afirmações que inserimos no corpo do texto para auxiliar nos questionamentos e na metodologia de observação e análise quanto ao espaço dedicado à velhice e ao envelhecimento na escola.

Como um auxílio na elaboração desses questionamentos, propomos uma provocação: utilizar a contraposição a esses enunciados encontrados em inúmeros textos que pautam a matéria do envelhecimento, pois entendemos a relevância de não levá-los a cabo, sob o risco de desconsiderarmos os muitos casos que contradizem tal apontamento. Por exemplo, quando nos deparamos com múltiplas situações de pessoas que permaneceram na invisibilidade durante tantos anos, vivenciando, inclusive, situações análogas à escravidão, conforme acompanhamos em recentes notícias que expõem a situação degradante como parte da experiência desses sujeitos (destacamos que a maior parte das notícias veiculadas, traz à tona como tais experiências são mais recorrentes na vida das idosas negras)⁵.

⁵ Algumas notícias que expressam o exemplo informado:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-04/mpt-processa-familia-por-manter-mulher-em-situacao-de-escravidao#:~:text=Idosa%2C%20de%2089%20anos%2C%20trabalhava%20como%20dom%C3%A9stica&text=O>

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Ou seja, por um lado, o holofote voltado para a discussão do envelhecimento em conjunto com o lugar de destaque que os questionamentos sobre o racismo ganharam nas últimas décadas, talvez, tenha possibilitado a emergência e publicidade dessas situações; por outro, denotam o quanto, para algumas pessoas, o questionamento e a abordagem mais ativa e positiva relacionada à velhice permanece (por tempo demais, diga-se) num lugar discreto, invisível até.

Conforme já dito, utilizamos essa problematização para refletir qual tem sido, na escola, o lugar dedicado à velhice e ao envelhecimento. Após a apresentação da encomenda feita à educação/escola, por meio do texto do Estatuto da Pessoa Idosa, acompanhamos como essa encomenda chega até a escola (sendo transportada pela BNCC) de forma pouco expressiva, como foi possível observar na análise do documento e a própria revisão da literatura referente ao tema. No entanto, bem se pode observar, no campo da educação, a BNCC foi aprovada em meio às críticas de grande parte da comunidade educacional e, não só por isso, o que se produz nos cotidianos escolares pode (ou não) dialogar com o que está expresso nos documentos normatizadores, conforme podemos acompanhar em muitas publicações (AMARAL; SILVA; SANTOS, 2019; MACEDO, 2014) dedicadas à problematização das formulações contidas nesse documento, como também ao questionamento da própria existência de uma base comum curricular.

Quando fazemos essa análise, estamos tentando compreender as motivações da ausência de uma intenção específica para dar tratamento ao tema. Seria porque os documentos não dão o devido destaque e não informam sobre a maneira como essa discussão deve ser pautada? Ou, seria porque, na escola, há o entendimento de que à velhice ainda deve ser reservado o lugar de ociosidade, de reclusão e, por isso, não valeria a pena observá-la de maneira intencional? Essas são questões que permanecem e que nos instigam a refletir no âmbito de uma pesquisa maior. No entanto, elas nos fazem

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/05/02/justica-condena-familia-por-manter-mulher-em-situacao-analoga-a-escravidao-por-50-anos-em-sp-video.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/05/02/justica-condena-familia-por-manter-mulher-em-situacao-analoga-a-escravidao-por-50-anos-em-sp-video.ghtml>

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

perceber que, aparentemente, a escola aceitou a encomenda de abordar as questões referentes à velhice da mesma maneira latente com que o pedido foi feito.

Tal observação nos fez indagar como essa encomenda foi recebida em outras experiências, para além das que participamos cotidianamente. Assim, buscamos alguns trabalhos que se dedicaram a narrar como tal debate vem sendo encaminhado no campo educacional e/ou nas escolas. Nos interessa compreender e aprofundar essa observação dos referenciais que têm acompanhado o movimento da velhice nas escolas, contudo, não seria possível listar e apresentar uma análise de todos os textos que têm sido apresentados. Ainda assim, é possível falar de uma dimensão mais geral e da existência de tendências de abordagem nas escolas, quando o assunto gira em torno das problemáticas relativas à velhice.

A perspectiva que se destaca nas propostas que introduzem a temática nas escolas acaba se associando às tentativas de controle referenciadas na lógica do cuidado “preventivo”, responsabilizando individualmente os sujeitos por esse cuidado, transformando o corpo em uma empresa e o sujeito em um empreendedor que deve ser ativo para gerenciar (da maneira indicada pelos setores médicos, pela mídia e, também, pela escola) seu próprio negócio, o que sugere uma forma individualizada de ordenação e de regramento do social, ou seja, um movimento de “reprivatização da velhice” (DEBERT, 2020, p. 15) desprovida da assistência das políticas públicas, gerando efeitos extremamente desiguais para os sujeitos, o que é característico das práticas perversas no sistema neoliberal.

O reconhecimento dessa tendência, tanto nas propostas de políticas públicas, como nos enunciados que circulam na escola é um dos fatores que nos mobiliza a pensar nas possibilidades de encaminhamento desse conteúdo nas escolas. Propor a reflexão sobre o envelhecimento na perspectiva de incentivo ao envelhecimento “saudável”, “ativo” e “produtivo” contribui para reforçar uma forma de governo que é infligido como um caminho a ser seguido, sem alternativas, tal qual uma verdade que se impõe e que se expressa em programações governamentais que visam controlar os processos de vida e morte da população, causando efeitos na regulamentação da vida dos indivíduos em todas as faixas etárias (TÓTORA, 2003).

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Dada a limitação que essa proposição impõe às práticas de liberdade dos sujeitos e à defesa do direito à diferença (ideais que pensamos serem primordiais no campo da educação e nas escolas) é que consideramos a potência de elaborar problematizações outras que favoreçam as seguintes reflexões: a existência de múltiplas experiências associadas à velhice; as diferentes possibilidades de envelhecer (sem desconsiderar as condições sociais e políticas, ou os marcadores raciais, de classe, de gênero e de sexualidade que atravessam os sujeitos); o questionamento da longevidade como algo natural e o posicionamento incomodado com o direito à longevidade apenas para alguns sujeitos.

Aceitar a encomenda: traçando rotas de entregas

Inicialmente, retomamos o que já foi dito em momento anterior deste artigo, quando admitimos a característica estrutural relacionada às fixações racistas, sexistas, machistas, etaristas e classistas – que marcam o sistema de dominação em nossa sociedade – para nos arriscar, enquanto professores, a problematizar os investimentos nessas tentativas de fixações específicas. Dessa maneira, a aposta na reflexão sobre emancipação e transformação social – não como coisa dada que se busca atingir, mas como permanente e contingente processo criativo de irrupção – nos faz resgatar o potencial (trans)formador da escola, espaço onde os conflitos, preconceitos, medos e tantas outras questões que perpassam as subjetividades estão sempre nos colocando diante da tarefa de desestabilização daquilo que, em um primeiro momento, parece estar fixo e estruturado.

Contudo, nos afiliamos à ideia de que à escola não está reservado apenas um lugar complementar de reforço ou de ruptura com o que estrutura os sistemas de opressões. Mas, sim, o lugar de participante dos movimentos de (re)produção e de deslocamento dos sentidos que compõem os jogos de significações relacionado à interface escola, velhice e processos de envelhecimento e defesa da longevidade.

Compreendemos que existe um problema a ser destrinchado quando identificamos a tendência de propagação do discurso vinculado à velhice ativa, o que

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

justifica a problematização desse paradigma, já que esse discurso contribui para a produção de uma subjetividade que narra os sujeitos velhos como pessoas produtivas e aptas a permanecerem desempenhando as funções laborais que o mercado de trabalho impõe, desconsiderando, por exemplo, o papel social da aposentadoria, duramente conquistada pelos movimentos sociais que defendem os direitos dos idosos.

De maneira alternativa à educação para a velhice comprometida com envelhecimento ativo, saudável e produtivo, como única e legítima opção de governo de si, apostamos na afirmação dos modos de subjetividades possíveis, não apenas quando falamos da velhice, mas também de como experimentamos essas subjetividades ao longo da vida, compreendendo-as como um *constante superar-se a si mesmo* (TÓTORA, 2003, p. 3), situada na dimensão política e imbricada em relações de poder que a atravessam. Considerar esse entendimento nos coloca em posição promissora de resistência às imposições e às tentativas de fixar e, conseqüentemente, universalizar as subjetividades, ao passo que afirma a impossibilidade de compreender os sujeitos (e as subjetividades) fora do entendimento da diferença.

Em tempo, tal aposta é suscitada, dentre muitos motivos, porque nos preocupamos com o atual contexto político e social que afeta a escola e as concepções de cultura escolar, influenciando as diferentes formas de fazer educação. Os aspectos conceituais que nos levam a refletir sobre as diferenças também contribuem para pensar sobre as configurações necessárias para a existência de uma escola democrática (ou de escolas democráticas). Não só refletir, como também debater sobre a diferença, participando ativamente da agonística da vida contemporânea – que exige maximização dos tempos de vida e arranjos de produtividade – parece ser promissor para o diálogo com uma forma de democracia que seja receptiva “à multiplicidade de vozes que uma sociedade pluralista encerra e à complexidade de poder que esta rede de diferença implica” (MOUFFE, 2003, p. 19).

Com isso, desejamos dizer que, mais do que falar sobre o tema do envelhecimento, nos parece incontornável enfrentar a questão da velhice quando ela é enunciada como uma marcação da diferença nos sujeitos, estando também associada aos outros marcadores. Marcações de diferenças tantas vezes assimilada pela lógica da

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

tolerância, como algo que deve ser autorizado a existir. E, tantas outras vezes associada a um processo de diferenciação que a posiciona no lugar daquilo que é meramente uma oposição a uma normatividade pré-estabelecida. É, então, com a intenção de entrar nessa disputa que compreendemos o quão potente pode ser tornar a diferença o centro da discussão e pensarmos sobre os processos que desarticulam a produção, marcação e governo da diferença, ao pautarmos de maneira interseccional as categorias que se tornam marcadores das diferenças de maneira articulada quando falamos sobre as subjetividades.

Além das proposições que priorizam a afirmação de modos de subjetividades únicos e que apresentem como perspectiva de velhice bem-sucedida apenas aquelas experiências que se identifiquem com uma vida bem comportada/governada – ou seja, que seguem receituários de controle considerados saudáveis por terem uma alimentação específica, por praticarem exercício físico com regularidade e por estarem permanentemente envolvidos com atividades produtivas –, cremos ser um importante papel da escola contribuir para a elaboração de indagações sobre a responsabilização do Estado no sentido da promoção dessa dita trajetória de vida de “qualidade” imposta como algo a ser perseguido, sem que a eles seja oferecida a assistência adequada. Assim, o deslocamento e a desnaturalização dos discursos que culpabilizam individualmente os sujeitos podem abrir brechas para potentes movimentos de resistência que ponham em xeque as ideias monolíticas associadas ao sentido do termo “qualidade de vida” ao envelhecer.

Os argumentos apresentados em defesa de uma dada abordagem sobre velhice, envelhecimento e longevidade nas escolas vão sendo construídos também para nos convencer da necessidade de pautar esses assuntos nos espaços escolares e, não somente, como encontramos em alguns textos, em função da justificativa estatística de aumento da população. De fato, estima-se que em 2022, o total de pessoas com mais de 60 anos residentes no Brasil seja de pouco mais de 30 milhões.

Em um cálculo de projeção utilizado pelo IBGE, esse total passará a ser superior a 43 milhões (IBGE, 2020). O que significa um aumento de cerca de 40% em relação à quantidade total de pessoas idosas, no período de dez anos, caso essa projeção se

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

confirme. Esse é um dado que demonstra a necessidade do planejamento de políticas públicas e de reelaboração de configurações sociais que levem em consideração o perfil e as demandas da população que vem se tornando mais idosa, no sentido de minimizar os efeitos das limitações e vulnerabilidades desse grupo populacional.

Contudo, além de sinalizar essa necessidade, apontamos também a relevância de analisar como se produzem discursivamente os processos de naturalização do envelhecimento da população como algo associado ao avanço de uma ciência que tenha favorecido o prolongamento da vida pela atuação de uma proposta de regularização dos corpos que visa fazer viver enquanto busca controlar a maneira de viver e investir no seu prolongamento (TÓTORA, 2003), com intencionalidades associadas aos ideais de consumo do sistema capitalista.

Esse movimento de desnaturalização da longevidade aponta para a impossibilidade de encaminhar a discussão sobre envelhecimento fora das perspectivas interseccionais, seja no âmbito deste trabalho, como tentamos articular, seja nos espaços escolares. Isso porque, tematizar sobre velhice e longevidade requer indagarmos quais são as vidas preserváveis, as vidas vivíveis, as vidas prolongáveis... Pois, se lançamos o olhar para as experiências dos sujeitos que não têm o direito de chegar à longevidade, já que frequentemente essas vidas são interrompidas muito antes de vivenciarem essa etapa de suas histórias – como é o caso de jovens negros, homossexuais, transsexuais e travestis cuja sobrevivência não se dá sem a resistência desses corpos – tão logo nos damos conta do quanto os números não falam sobre as subjetividades nem sobre quais são os indivíduos que não acompanham as estatísticas que revelam o aumento da longevidade.

Reiteramos a complexidade dessa abordagem e enfatizamos o quanto ela é multidimensional, não se limitando à observação das estruturas etárias da população e levando em consideração as amplas e variadas problemáticas relacionadas a essas estruturas, conforme argumenta Debert:

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

Como o envelhecimento físico e ou a idade legal tornam-se mecanismos fundamentais de classificação e separação dos seres humanos? Como grupos e forças sociais reagem a essas iniciativas? Quais os mecanismos utilizados para, através dessas representações, criar um laço social entre indivíduos que estão na mesma faixa etária, e em que situações esse laço pode ter eficácia redefinindo as diferenças de classe, gênero e étnicas? (DEBERT, 2020, p. 12)

Diante de importantes indagações como essas, concluímos essa parte do texto, fazendo o exercício de não buscar respostas imediatas, compreendendo-as como pistas que auxiliem nas escolhas para a elaboração de uma aposta curricular que proponham um olhar sobre a velhice, o envelhecimento e a longevidade afastado das noções monolíticas que favorecem a consolidação de estereótipos e dificultam a assimilação da potência existente nas singularidades e nas pluralidades da subjetividade.

Considerações

Como desfecho deste trabalho, consideramos que ele apresentou pistas que nos levam a dar continuidade à busca pela compreensão dos modos de produção, marcação e (auto)governo da diferença nas tramas discursivas do envelhecimento, levando em consideração a incorporação da temática nos currículos e a observação daquilo que se desenvolve nos cotidianos escolares quando lançamos o olhar sobre a questão da velhice e sobre a heterogeneidade característica dos processos de envelhecimento. Não obstante, consideramos que as perguntas lançadas permanecem como indagações que motivam o percurso da investigação que se inicia neste trabalho e que pretende aprofundar o entendimento sobre como a escolarização mobiliza o trabalho de produção, marcação e regulação da diferença geracional e da longevidade.

Ao iniciarmos a construção das argumentações aqui expostas, nos dedicamos a analisar os textos e documentos legais que exigem da educação, em todos os níveis de ensino que pautem a questão do envelhecimento e da velhice, sem, contudo, deixarmos de questionar os motivos pelos quais tal demanda é apresentada e cobrada da escola

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

como algo a ser solucionado e sem desconsiderarmos qual é o tipo de abordagem que se espera que a escola realize em suas práticas cotidianas.

No entanto, buscamos evidenciar que concordamos com a relevância de que as temáticas que pautam as opressões, exclusões e desigualdades que operam no sentido de hierarquizar os sujeitos devam ser problematizadas na escola, justamente por ser espaço que participa das disputas sociais, econômicas e políticas e, ainda, por ser espaço onde a diferença se manifesta de forma privilegiada.

No decorrer da pesquisa desenvolvida para este trabalho, nos debruçamos sobre a análise da Base Nacional Comum Curricular, na qual foi possível observar mais ausências do que apontamentos efetivos relacionados à abordagem das temáticas do envelhecimento, velhice e longevidade nesse documento que, atualmente, se apresenta como principal texto de regulamentação dos currículos das escolas em nível de ensino básico. Essa ausência denota o lugar sem destaque que a matéria ocupa no documento que se apresenta como a mais relevante política pública de currículo instituída na atualidade, dificultando uma forma de pautar a temática aqui compreendida da maneira complexa e plural exigida pelo tipo de assunto que estamos problematizando, ou seja, do reconhecimento da multiplicidade envolvida nos processos de envelhecimento e da heterogeneidade própria do que é ser uma pessoa idosa.

Além da análise dos documentos oficiais, muitas questões foram colocadas no sentido de pensar como o entendimento da complexidade e a pluralidade dos temas relativos ao envelhecimento, velhice e longevidade podem favorecer uma abordagem, por parte da escola, heterogênea e de maneira a problematizar as tentativas hegemônicas relacionadas às temáticas.

Mais do que falar sobre o tema do envelhecimento, nos parece incontornável enfrentar a questão da velhice quando ela é enunciada como uma marcação da diferença nos sujeitos, estando também associada aos outros marcadores, o que consideramos ser uma potente forma de problematização a ser proposta nos cotidianos escolares.

Ao nos ocuparmos do tema da velhice e do envelhecimento na educação básica, nos movimentamos fortemente em suspeita aos ideais regulatórios que definem a

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

experiência da vida longa. Nos parece importante destacar que o regime da longevidade que acompanha a racionalidade do presente, pressupõe um trabalho constante e ininterrupto sobre os corpos escolarizados, a fim de obter maior aderência e sujeição. Nossas apostas de trabalho aqui traçadas e parcialmente "resolvidas" indicam a urgência de esforços genealógicos interseccionados para desafiar o cálculo neoliberal que define quais vidas podem ser vividas e de forma longa e quais não poderiam.

Referências

BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. **Revista História, Ciência, Saúde, Manguinhos**, v. 22, p. 1267-1282, out./dez. 2015.

BRASIL. **Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em: 13 de abril de 2022.

BRASIL. **Portaria nº2.528, de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20do%20Idoso,94%20e%20Decreto%20n%C2%BA%201.948%20F. Acesso em: 13 abr. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: O Ministério, 2018.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

BENEVIDES, Bruna G. (org.) **Dossiê assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Gay; ANTRA, 2022.

CRUZ, Thales; SILVA, Marlon da; SANTOS, João Paulo dos. Da educação sexual à “ideologia de gênero”: disputas em torno das sexualidades e dos gêneros nas escolas. **Revista Pró-Discendente. Caderno de Produção Acadêmica- Científica (UFES)**, Vitória, v. 26, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2020.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p. 231-239.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 302 p.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 87-109, 2009. DOI: 10.1590/S0101-73302009000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Fwhpczf7sChQTxMR3fGMhkN/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MACEDO, Elizabeth. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, p. 1530-1555, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n.3, p. 11-26, out. 2003.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40. n. 140, p. 587-604, maio/ago. 2010.

Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo

Beatriz Bloise Pereira Nunes, Fernando Altair Pocahy

PARAÍSO, Marlucy (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 49-64.

POCAHY, Fernando Altair. Extensão na/com a diferença: gênero, sexualidade e envelhecimento. **Revista Diversidade e Educação**, [Rio Grande], v. 10, n.1, p. 139-155, 2022.

SILVA, Daniel Silveira; POCAHY, Fernando Altair. Políticas públicas de saúde para a pessoa idosa: tramas biopolíticas entre gênero e envelhecimento. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre envelhecimento**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 319 a- 342 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 2014. p. 73-102.

TÓTORA, Silvana Maria Corrêa. Genealogia da velhice. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, v. 6, p. 04-21, 2003.

Contribuições de autoria

Beatriz Bloise Pereira Nunes: escrita – análise e edição.

Fernando Altair Pocahy: escrita – análise e edição.

Recebido em: 24/08/2022

Aprovado em: 24/03/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br